

Delfim alerta para subsídio a exportadores

SÃO PAULO - O deputado Delfim Netto (PPB-SP) elogiou as medidas de ajuste mas alertou para o que classifica como "subsídio indiscriminado aos exportadores". "A minha reação é muito positiva. Malan fez um discurso oposto ao que vinha fazendo e mudou para melhor. A crise será longa, o governo reconhece que deixar de incentivar as exportações foi um erro e faz agora um reconhecimento lindo: não podemos nos endividar mais. Antes era pecado falar essas coisas", disse. Delfim manifestou preocupação com o caminho escolhido pela equipe econômica para incentivar as vendas externas, e afirmou que se trata de um subsídio in-

discriminado, "um ACC amplo, geral e irrestrito", referindo-se à permissão para produtores de insumos (e não só bens finais) de contratar Adiantamentos de Contrato de Câmbio, isenções tributárias, recursos do Proex e facilitação do crédito à exportação para pequenas e médias empresas.

Segundo Delfim, a equipe promoveu um "tarifaço" e, assim, "salvou a Telebrás". Ele prevê uma boa reação internacional já que, "para inglês ver", bastará o anúncio de que equivalem a US\$ 20 bilhões em cortes nas despesas públicas.

Irônico, Delfim disse que o governo resolveu fazer a coisa certa pelo caminho errado. "Decidiu finalmente incentivar as exportações mas dando subsídios de forma indiscriminada. O melhor seria voltar a ter algumas tarifas mais favoráveis para setores específicos. Essas medidas equivalem a um ACC (Adiantamento de Contrato de Câmbio) indireto, para todo mundo, o governo dando juros mais baixos já que não pode desvalorizar o câmbio".

Delfim também minimizou o impacto das medidas. "O impacto é nada. Não existe demanda na economia. A alta da gasolina e do diesel, o aumento no imposto de renda e tudo isso terão um efeito mínimo, que se esgota em seguida", explicou.

Sobre uma possível recessão, o ministro disse que "teoricamente, precisaríamos ver dois trimestres seguidos de queda do PIB. Não é o que está acontecendo. Com todas as medidas, deveremos ter um crescimento do PIB este ano entre 2% e 2,5%". Delfim acredita ainda que a economia pode agüentar esses juros altos durante muito tempo porque não é o governo quem quebra e sim as empresas. "É o setor privado quem paga pelos erros do setor público, num processo assimétrico e injusto", afirmou.

"O governo anunciou cortes no setor público que até agora jurava que jamais poderia fazer. São medidas que poderiam ter sido tomadas em 1º de janeiro de 1995", concluiu.